

Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar / *Gender and social policies: new characteristics on family structure*

TÂNIA STEREN DOS SANTOS*

Resumo: Nesta pesquisa são analisadas as interfaces entre a família e as políticas sociais no Brasil, na perspectiva de gênero. São apresentados diversos dados sobre a estrutura familiar e o trabalho das mulheres. Focaliza-se, principalmente, a questão da maior sobrecarga feminina referente ao cuidado dos dependentes, considerando-se a existência de um déficit nos serviços relacionados às necessidades da reprodução familiar oferecidos pelo poder público. Ao se identificar as novas tendências na constituição das relações de gênero e nas ações do Estado, caracterizando especialmente a situação na área da educação e da saúde, objetiva-se contribuir para a reflexão das determinações sociais do bem-estar das famílias. Destaca-se, ademais, a importância da participação das mulheres na construção de uma divisão sexual do trabalho mais equitativa, na qual a dominação masculina, os estereótipos e discriminações de gênero sejam cada vez mais reduzidos, tanto no espaço público quanto na esfera doméstica.

Palavras-chave: políticas sociais, gênero, famílias, participação.

Abstract: In this research, the relations between family and social policies in Brazil, in a genre perspective, are analyzed. Data are presented about family structure and women's work. Mostly, the article focuses the question of the burden on women concerning the responsibility with their dependents, supposing the existence of a deficit in the public services related to the necessities of the family reproduction offered by the government. By identifying the new tendencies in the constitution of genre relations and of the government's actions, characterizing the

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora adjunta nessa universidade. E-mail: barquis@orion.ufrgs.br

situation of women in the health and education area, one aims to contribute for the reflection of the social determinations of the families' welfare. The importance of women's participation in the construction of a more equitable division of gender work, in which male domination, stereotypes and genre discriminations are continually reduced, in the "public space" as well as in the "domestic sphere".

Keywords: social policies, genre, families, participation.

Introdução

O gênero configura papéis diferenciados e hierárquicos no mercado de trabalho, nas estruturas sociais e no seio da família, espaços nos quais a mulher desempenha tarefas consideradas mais "femininas", decorrente de determinações socioculturais incorporadas no imaginário de ambos os gêneros. No entanto, a dicotomia feminino-masculino e a rígida divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens, tanto na esfera doméstica quanto na profissional vêm sendo modificadas nos últimos anos ao se constatar maior inserção de mulheres em espaços tradicionalmente masculinos e maior envolvimento de homens em tarefas domésticas.

Este estudo se insere no campo das interações entre a dinâmica familiar e as políticas sociais, considerando a divisão de tarefas e responsabilidades entre os membros da família em relação ao cuidado (filhos, doentes, pessoas com necessidades especiais ou idosos), o que envolve o questionamento das relações de gênero e geracionais e, também, as ações públicas direcionadas à melhoria da condição da mulher na nossa sociedade.

Os mecanismos de inclusão e exclusão das mulheres do mercado de trabalho e o seu maior acesso à infra-estrutura de serviços (construção de equipamentos priorizados por elas) são fatores importantes para se atingir uma maior equidade de gênero.

Essas questões não podem ser resolvidas nos estreitos marcos dos locais onde as mulheres exercem suas atividades ocupacionais ou na esfera privada. É necessário que as transformações nas estruturas e nos referenciais simbólicos da nossa sociedade se materializem na definição e aplicação de políticas públicas efetivas direcionadas para a melhoria da autonomia feminina.

Algumas reflexões sobre família, gênero e sociedade

Ao abordar a relação entre o campo doméstico e a esfera pública, é necessário, inicialmente, conceituar melhor esses espaços. Hannah Arendt, na obra *A condição humana*, faz referência ao campo doméstico como sendo o lugar privilegiado da privacidade e intimidade, no qual as necessidades da sobrevivência individual e da continuidade da espécie são atendidas. A autora caracteriza o espaço público como o mundo comum a todos os sujeitos sociais, no qual cada um ocupa um lugar diferente. Salienta que conviver no mundo significa “essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum” e salienta que o mundo tanto separa quanto estabelece uma relação entre os homens (Arendt, 1983, p. 55, 62).

Os conceitos de privacidade e intimidade estão associados, no referencial da autora, ao reino da necessidade, enquanto o de vida pública diz respeito ao reino da liberdade. A necessidade é basicamente um fenômeno pré-político, próprio da organização do espaço doméstico, enquanto a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política. Apresentando uma visão otimista das possibilidades de transformação das relações de gênero, ela afirma que a interação dialética entre essas dimensões pode produzir a emergência da liberdade também na esfera privada e a consequente democratização das relações humanas (Arendt, 1984, p. 40).

A situação da mulher na nossa sociedade tem-se modificado nas últimas décadas, principalmente no que se refere à sua maior

inserção no mercado de trabalho e equidade em termos de direitos civis e trabalhistas, ao mesmo tempo em que a elevação do seu nível educacional e as alterações nos comportamentos sexuais têm modificado as representações relativas ao seu papel na sociedade. Entretanto, o cuidado dos filhos e os encargos domésticos continuam ainda, majoritariamente, sob sua responsabilidade.

As fronteiras entre vida profissional e vida familiar são menos delimitadas para as mulheres do que para os homens. Na realidade social contemporânea, a igualdade de condições de vida e trabalho entre homens e mulheres passa necessariamente pela questão da articulação da esfera profissional com a doméstica e por oportunidades mais igualitárias entre os sexos na esfera pública e no lar.

Ao analisar a relação entre vida profissional, maternidade, encargos domésticos e bem-estar, é necessário lembrar que existem situações diferenciadas segundo a classe social. As mulheres com rendas mais baixas apresentam menor qualificação e nível educacional e, em geral, são as que, diante da maternidade, acabam reduzindo sua jornada de trabalho ou até abandonam, por algum tempo ou definitivamente, o campo profissional para atender às diversas demandas da família.

Os problemas do trabalho invisível e da dupla jornada de trabalho da maioria das mulheres, na nossa sociedade, têm sido questionados por participantes dos movimentos sociais feministas e pesquisadoras. As mulheres sofrem de maior sobrecarga de trabalho, o que, em muitos casos, se transforma em estresse, com sérios riscos para a sua saúde física e emocional. Grande parte das mulheres sofre os efeitos do acúmulo de tarefas múltiplas, o que gera cansaço, ansiedade e tensão, restando pouco tempo para se dedicarem a si mesmas. Elas são, na maioria das vezes, as principais responsáveis pelos encargos domésticos e o cuidado dos filhos e outras pessoas dependentes. Costumam realizar as tarefas domésticas caracterizadas como femininas, as quais são geradoras de maior estresse.

É necessário frisar que a problemática das maiores dificuldades que as mulheres enfrentam para compatibilizar a vida privada com o mundo do trabalho profissional não é algo que possa ser resolvido somente ao nível das relações interpessoais na esfera privada, pois dizem respeito também a transformações nas políticas sociais e a mudanças estruturais implementadas pela sociedade no seu conjunto.¹

O aumento dos investimentos em políticas públicas, especialmente na área da educação, saúde e habitação, produz um impacto direto sobre as condições de vida das famílias, o que possibilita uma maior autonomia aos membros das famílias para exercerem adequadamente sua vida profissional e compartilhar responsabilidades. Assim, em contextos mais favoráveis, as políticas de gênero podem ampliar a inclusão das mulheres nos vários campos da vida social.

A estrutura familiar em transformação

No processo histórico, as transformações socioeconômicas e culturais geram elementos positivos e negativos que se entrelaçam de forma contraditória. Aceleradas mudanças na estrutura social geram impactos na constituição da família, o que resulta em reformulações nas relações de gênero e geracionais no seu interior.

Não existe somente o modelo tradicional de relações parentais. A realidade confirma a existência de novos arranjos, como a dos lares onde não existe somente um chefe de família (pessoa responsável pela unidade domiciliar e assim considerada pelos demais membros) ou onde a mulher assume esse papel. Na atualidade os modelos de arranjos familiares apresentam

¹ Uma autora que trabalha com esta questão é Tania Aillón Gómez (1996). Ver também a contribuição teórica sobre os diversos agentes apresentados por Guillermo Sunkel (2007): Estado, ONGs, trabalho voluntário e empresas privadas, que podem contribuir para mudanças estruturais mais favoráveis à equidade de gênero nas interfaces família-ocupação.

importantes mudanças. O homem não é mais considerado o único provedor e a mulher tem ampliado sua participação no sistema educacional e no mercado de trabalho. O termo “chefe” passou a ser questionado e o IBGE teve de se adequar aos novos tempos:

Com o passar dos anos e a crescente participação de todos os membros da família nas decisões de âmbito familiar e, também, o crescimento do número de pessoas economicamente ativas por domicílio e o conseqüente compartilhamento no sustento da família, a palavra chefe passou a ser considerada inadequada e foi abandonada. No início da década de 90, as novas pesquisas domiciliares lançadas pelo IBGE passaram a utilizar o termo ‘pessoa de referência’ para identificar a primeira pessoa do questionário, a partir da qual seriam verificadas as relações entre os moradores do domicílio e observadas as estruturas familiares. Os pesquisadores, no entanto, estavam muito críticos a essas denominações, devido à dificuldade de que muitas pessoas não entendem o significado da palavra ‘referência’. Na primeira prova-piloto do Censo 2000, ainda foi usado o termo ‘pessoa de referência’ mas a avaliação dos pesquisadores levou a alterar, na segunda prova, para ‘pessoa responsável’, termo que foi amplamente aceito pelos entrevistados e recomendado para o questionário definitivo.

As instruções de preenchimento dos questionários no Censo 2000 orientam para que a pessoa responsável pelo domicílio seja aquela reconhecida como tal pelos demais moradores, seja homem ou mulher, e será a primeira pessoa do domicílio a ser registrada no questionário. (IBGE. Censo 2000).

Ao caracterizar as transformações da família no Brasil, deve-se levar em consideração “as desigualdades regionais e raciais e os macro processos, *grosso modo* caracterizados por ciclos econômicos, combinando crescimento e recessão, movimentos de redemocratização das instituições políticas, lutas por direitos civis básicos, conquista da cidadania e processos de modernidade excludentes” (Goldani, 1994, p. 306).

Entre as tendências demográficas da estrutura familiar mais significativas no país, destacam-se: diminuição do número de casamentos, aumento de separações e divórcios, queda da fecundidade, elevado número de mães solteiras, mulheres chefe de família e crescimento das famílias monoparentais. Também se destaca o aumento da expectativa de vida. Isto significa que as famílias atualmente têm menos filhos e mais idosos (Goldani, 1994). Dados atuais do IBGE indicam que a tendência apresentada por Goldani, já na década de 90, tem se aprofundado mais nos últimos anos (IBGE, 2008).²

A respeito das mulheres chefe de família ou pessoa responsável pela unidade domiciliar, fenômeno em expansão na sociedade contemporânea, Galeazzi estabelece as seguintes categorias de famílias nessa situação: “famílias com mulheres chefes sem dependentes, famílias com mulheres chefes com filhos, famílias com mulheres cônjuges sem filhos, famílias com mulheres cônjuges com filhos, famílias sem mulheres cônjuges ou chefes. As mulheres apresentam dificuldades maiores de inserção no mercado de trabalho e nas famílias chefiadas por elas verificam-se “níveis de renda significativamente inferiores às das chefiadas por homens” (Galeazzi, 2001, p. 63).

Dados nacionais indicam que $\frac{1}{4}$ dos chefes de família brasileiros são do sexo feminino. Comparando-se as regiões do País, a maior taxa encontra-se “no Norte (28,7%) e, a menor, no Sul (23,8%) e, entre todas as unidades da Federação, foi no Amapá onde se verificou a maior proporção de chefes de família do sexo feminino (40,7%). Em contrapartida, a menor foi encontrada no Estado de Mato Grosso: apenas 20% dos chefes de família eram mulheres” (RS/CEM, 2008).

Aguirre (2007, p.194) realiza uma análise prospectiva e identifica a emergência de três cenários possíveis no futuro:

² Para uma visão mais abrangente das mudanças na estrutura familiar, comparativamente em vários países da América Latina, consultar o estudo de Elizabeth Jelin (2007).

“familista (el más expandido en los países mediterráneos y en América Latina), desfamiliarizador (inexistente actualmente y poco probable) y de co-responsabilidad de las esferas proveedoras (el que se trata de construir en algunos países de la región)”.

As transformações econômicas e político-culturais ocorridas no Brasil nas últimas décadas servem de pano de fundo para a compreensão das mudanças que se processam na estrutura familiar. Observa-se a emergência de situações diversificadas, com maior pluralidade de relações socioafetivas. O modelo de família nuclear tradicional (pais e filhos), denominado “familista” na referência anterior, está sendo substituído, em parte, por novos padrões de relacionamento entre os sexos, caracterizados pela heterogeneidade de arranjos não convencionais. Este é o caso das famílias uniparentais e de casais homossexuais, por exemplo.

O modelo “desfamiliarizador” parece estar relacionado à questão da “crise da família”, temática constante na bibliografia especializada, em especial, em determinadas conjunturas de instabilidade social. As obras *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos* (Cerroni *et al.*, 1971), editada pelo Instituto Gramsci, e *Da velha à nova família*, com artigos de Bebel, Heller, Trotsky e Kollontai (1980), enfatizam, na sua perspectiva, o desaparecimento gradual da família como instituição social. Diversas experiências de comunidades alternativas inserem-se neste modelo, no entanto, Aguirre não considera que esta proposta esteja em expansão ou seja viável atualmente.

No modelo de “co-responsabilidade das esferas provedoras” identifica-se um tendência muito atual, principalmente nas novas gerações, e que corresponde à denominada “família de dupla carreira”, apresentada como terceiro tipo de situação na classificação de Alméras:

- a) família tradicional: é aquela na qual o homem é o provedor das necessidades do núcleo familiar e a mulher é dona de casa,

ocupando-se inteiramente das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos;

- b) família semi-tradicional: o homem e a mulher estão inseridos no mercado de trabalho, ambos são provedores, mas todas as tarefas vinculadas ao lar são realizadas exclusivamente pela mulher;
- c) família de dupla carreira (*dual career family*): os cônjuges trabalham em atividades extra-lar e, ao mesmo tempo, ambos compartilham todas as responsabilidades domésticas (Alméras, *apud* Batthyány, 2000, p. 89).

Pesquisas recentes indicam que a tendência no Brasil é no sentido de maior expansão do terceiro modelo de família, mas ainda prevalecem o primeiro e segundo modelos.³ Geralmente, as incumbências da esfera privada acabam sobrecarregando mais as mulheres do que os homens⁴ e as reivindicações do movimento feminista orientam-se no sentido da promoção de um melhor compartilhamento, entre ambos os gêneros, das tarefas domésticas e dos cuidados no seio da família. A ação organizada das mulheres em diversos grupos e instituições possibilitou, nos últimos anos, a formulação e ampliação de políticas sociais direcionadas para uma maior autonomia feminina em relação às incumbências da esfera privada.

Políticas sociais e gênero

Carvalho considera que o conceito de políticas sociais é vago, mas que a sua principal característica é a transversalidade,

³ Consultar dados da Fundação Perseu Abramo (2001) coletados durante o ano de 2001, com uma amostra de 2.502 entrevistas pessoais e domiciliares com mulheres de 187 municípios de 24 estados das 5 microrregiões brasileiras.

⁴ “Confronte-se a grande diferença existente entre a dedicação masculina e a feminina aos afazeres domésticos: os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas. Outra medida é o número de horas mais freqüente dedicado a essas tarefas: 7 horas semanais para os homens e 20 horas para as mulheres” (Rio Grande do Sul, Coordenadoria Estadual da Mulher, 2008).

considerando que elas “devem ser um objetivo presente e permanente em todas as atividades do governo, e não uma ação setorial e conjuntural”. O autor apresenta uma definição norteadora: “conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem-estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível” (Carvalho, 2007, p. 74-5). Pode-se acrescentar também a equidade de gênero, etnia e geração como perspectivas que se têm tornado objeto de estudo de especialistas e incentivado a ampliação das políticas sociais no nosso país nos últimos anos.⁵ As políticas sociais podem estar relacionadas à seguridade social (previdência, assistência social e saúde) ou a situações mais específicas no campo do trabalho, educação ou lazer, direcionadas a crianças, adolescentes, idosos ou portadores de deficiência.

De acordo com Elaine R. Behring (2000), “política social é um tema complexo e muito discutido no âmbito das ciências sociais, em especial da ciência política e da economia política. Também o serviço social brasileiro, a partir de meados dos anos 80, passou a ter uma consistente produção sobre esse tema, que supera largamente as tendências descritivas e pragmáticas do passado”.

Acompanhando as mudanças da nossa sociedade, em contextos de maior exclusão social (Santos, 2001), surgem novas perspectivas teórico-conceituais e práticas no campo das políticas sociais, tanto na esfera pública quanto na privada. As relações Estado e sociedade civil adquirem importância maior com a inclusão de debates e ações em torno das temáticas democracia, cidadania e direitos humanos. Observa-se, atualmente, no País, uma presença maior dos sujeitos políticos na elaboração, planejamento e gestão das políticas sociais. De forma individual ou coletiva,

⁵ As pesquisas de Jussara R. Pra (2001, 2004) e Marcello Baquero (2004) apresentam contribuições importantes para analisar as transformações em curso, focalizando a temática das políticas públicas e a situação das mulheres e jovens no Brasil.

partidos políticos, sindicatos, ONGs movimentos sociais urbanos e rurais mobilizam-se para atender às diversas demandas referentes ao bem-estar social, deteriorado em anos anteriores com o avanço do capitalismo liberal.

Nos anos 80, o modelo neoliberal hegemônico no Brasil – ao postular nas suas formulações menores gastos sociais e privatizações de setores básicos da infra-estrutura da sociedade –, foi o principal responsável pela redução dos níveis salariais e pela deterioração das condições de vida da população, e isto teve influência direta na estruturação da esfera privada. Nesse período, a carência de serviços de atenção às famílias, as limitações orçamentárias para a previdência social e para as políticas sociais, a “flexibilização” das relações de trabalho, com a gradual perda de direitos trabalhistas, acabou agravando as condições de vida da maioria das famílias.

Na esfera pública, a legislação em vigor, consolidada na Constituição de 1988, passou a garantir os mesmos direitos e o exercício pleno da cidadania para homens e mulheres na nossa sociedade. No entanto, diversas dificuldades devem ainda ser enfrentadas para assegurar, de fato, igualdade de oportunidades e valorização equitativa do trabalho das mulheres.

Em 1999, a Cepal já mencionava a importância do debate sobre gênero, cidadania, direitos humanos e políticas públicas:

A equidade de gênero, elemento integral da equidade social, exige um enfoque integrado ao das políticas públicas. Até agora tem prevalecido na região uma associação das políticas de gênero com as políticas sociais; recentemente, a partir da Quarta Conferência se começou a dedicar mais esforços para relacioná-la com as políticas macroeconômicas e de governabilidade sistêmica. Trata-se de harmonizar, desde a perspectiva dos direitos humanos, as políticas econômicas e sociais, o desenvolvimento institucional e a governabilidade, e a participação social e cidadã, no marco de uma análise de gênero que integre um enfoque transdisciplinar e intersetorial.

A Red Latinoamericana de Mujeres 'Transformando la Economía (REMTE)⁶ propõe também que as mulheres tomem consciência do impacto que as políticas públicas têm sobre a vida cotidiana das famílias e desenvolvam uma estratégia de maior incidência sobre as resoluções governamentais (Concha, 2001, p. 311).

As políticas sociais podem incidir decisivamente na transformação das relações de gênero e, no Brasil, a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) tem contribuído muito nesse sentido.⁷

No Rio Grande do Sul, dados da Coordenadoria Estadual da Mulher⁸ indicam que as mulheres com menores rendas estão em maior número que os homens e que a sua carga horária de trabalho é maior: “pelo menos metade do seu tempo é gasto em atividades não remuneradas, o que reduz o acesso aos bens sociais, inclusive aos serviços de saúde”. Salientam que a discriminação de gênero, raça e etnia aprofunda as desigualdades sociais (RS/CEM, 2008).

Algumas estratégias para superar discriminações e condições desfavoráveis ao trabalho feminino estão sendo implementadas em vários países. No mundo do trabalho diversas experiências de “ações afirmativas” são desenvolvidas para melhorar a situação das mulheres. Esta expressão refere-se às políticas de igualdade de oportunidades implementadas no interior das empresas, mas isto não impede que se possa pensar nesses termos as políticas públicas.

⁶ Fazem parte da rede os seguintes países: México, Nicarágua, Colômbia, Peru, Bolívia e Chile.

⁷ A secretaria foi criada em 2003, com *status* de ministério, e em 2004 lança o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de combater todas as formas de discriminação da mulher, procurando maior equidade na divisão social e sexual do trabalho mediante o fortalecimento e ampliação dos mecanismos de defesa dos direitos das mulheres.

⁸ O Estado do Rio Grande do Sul enviou a Brasília 87 delegadas para participar da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. As representantes contribuíram na elaboração de um plano de ação visando maior equidade de gênero no país. Foram estruturadas “quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres; direitos sexuais e reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres” (RS/CEM, 2008).

A definição original é, de acordo com Paola Cappellin (2000, p. 266), aquela seguida pelos países da União Européia em 1984 (*action positive*): “ações afirmativas têm como objetivo contribuir para cancelar ou corrigir as desigualdades de fato, de maneira a promover a presença e a participação das mulheres em todos os setores profissionais e em todos os níveis de responsabilidade”. A autora acrescenta que esta definição posteriormente foi ampliada por Shapiro, Olgiati e Valbjorn (1994): “considerando que os programas e as iniciativas incluem a verificação das causas e dos efeitos da desigualdade de gênero, propondo individualizar as modalidades para corrigir no interior das organizações desequilíbrios passados, eliminar as discriminações existentes e promover a paridade de oportunidades entre os sexos” (Cappellin, 2000, p. 266).

Entre as propostas apresentadas por Olgiati para a melhoria da situação profissional das mulheres, destacam-se as ações orientadas em quatro direções: a) introdução de mudanças culturais visando, por exemplo, o combate aos estereótipos relativos ao trabalho feminino; b) superação da segregação horizontal e vertical através do desenvolvimento profissional, o que também implica ações voltadas para a formação, o ingresso em áreas tradicionalmente masculinas, a valorização do trabalho das mulheres e maior envolvimento; c) medidas para a conciliação entre vida profissional e responsabilidades familiares e sociais, destacando-se, entre essas, propostas de maior facilidade para a participação em cursos de formação, flexibilidade de tempo e de organização do trabalho e desenvolvimento de uma estrutura adequada para o cuidado de crianças; d) ações para garantir o respeito à dignidade humana nos locais de trabalho (como, por exemplo, luta contra o assédio sexual) (Olgiati, 2000, p. 76).

Com essas estratégias busca-se contornar as discriminações eliminando-se elementos desfavoráveis ao trabalho feminino: “as experiências internacionais de ação afirmativa servem de suporte, de instrumento didático, de incentivo e de subsídio para ampliar o

leque de opções em relação ao desenho de políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres” (Delgado; Cappellin; Soares, 2000, p. 18).

Em relação à questão das interfaces entre a vida doméstica e profissional, os estudos de Aguirre são significativos. A autora menciona que, entre as políticas para conciliar a vida familiar com o trabalho fora do lar, encontra-se a legislação relativa à licença maternidade, licença paternidade e regulamentações sobre amamentação. Enfatiza que existe um déficit de cuidados, mas não faz referência somente ao cuidado das crianças e sim a outras situações que também sobrecarregam mais as mulheres do que os homens: “En el ámbito público, el déficit de cuidado se aprecia – entre otros indicadores – en la insuficiente atención que prestan las políticas sociales a la situación de las madres de niños pequeños, de los ancianos, de los enfermos y de los impedidos” (Aguirre, 2007).⁹

Existe pouca informação disponível sobre a oferta de serviços direcionados a estes setores e a autora apresenta um exemplo: “en la mayoría de los países latinoamericanos no se calcula el indicador sobre cobertura de los servicios de cuidado infantil, principalmente para los niños de 0 a 3 años” (Aguirre, 2007, p. 189). É importante mencionar que ações voltadas para o atendimento dessa faixa etária possibilitam maior inserção feminina no mercado de trabalho e evitam interrupções e descontinuidades com a vida profissional, aspecto muito mais freqüente no caso das mulheres do que nos homens.

Em relação a programas sociais e infra-estruturas que facilitem a vida doméstica, as demandas em relação a investimentos são crescentes na nossa sociedade. Aguirre postula a necessidade de novos estudos para se conhecer as demandas de serviços e as respostas estatais. A contribuição mais significativa da autora é

⁹ Sobre a questão da invisibilidade do trabalho das mulheres no que se refere ao cuidado dos doentes no seio da família, ver a pesquisa de María Ángeles Duran (1999).

sua proposta de ação: “Una vía a explorar es la potencialidad de las políticas sociales de los gobiernos locales para promover esta autonomía a través de los servicios de cuidado que impliquen nuevas propuestas de participación de mujeres y hombres” (Aguirre, 2000, p. 80).

Em situações precárias, as mulheres que precisam compatibilizar a vida profissional com a doméstica, especialmente quando têm filhos ou são responsáveis por pessoas idosas ou com algum problema de saúde, apelam para diversas formas de cuidados substitutivos como creches, relações de parentesco, empregadas domésticas, clínicas, etc.

Numa reunião de especialistas organizada pela Cepal no final de novembro de 2007, Aguirre apresentou reflexões relevantes no trabalho denominado *O futuro do cuidado*, salientando que a questão das responsabilidades sobre o cuidado aponta para a emergência de uma nova temática acadêmica, necessária para a definição das políticas sociais. A autora menciona diversas dimensões que estão relacionadas com essa problemática e que constituem objetivos para novas pesquisas: análise dos principais atores responsáveis pelo bem-estar, caracterização do trabalho assistencial de cuidados e elucidação de quais são os setores sociais que os sustentam. Considera também necessário visibilizar as interfaces entre família e bem-estar considerando, ademais, a origem dos recursos e os pressupostos ideológicos. A seguir, assinala algumas das mudanças em curso, enfatizando que “estamos en presencia de un nuevo campo de investigación y de intervención social que se sitúa en la intersección entre las familias y las políticas sociales” e explica que, atualmente, “la preocupación académica y política por los cuidados deriva de la constatación de cambios que repercuten en las funciones familiares”, e algumas das principais transformações da sociedade atual são: “procesos de modernización de las estructuras familiares, disminución de las amas de casa a tiempo completo, procesos de individuación, aspiraciones de autonomía y privatización del bienestar” (Aguirre, 2007, p. 190-192).

É necessário propiciar melhor visibilidade às novas configurações da família no Brasil, às relações de gênero e às políticas sociais, em especial, no que diz respeito à infra-estrutura educacional (principalmente creches e escolas primárias), à saúde e às condições de inserção no mercado de trabalho. As políticas sociais implementadas nos últimos anos têm propiciado uma melhoria na situação das mulheres. O enfrentamento das desigualdades de gênero tem sido tarefa constante de diversas organizações de defesa dos direitos das mulheres.

Na área educacional destaca-se a experiência realizada em Belo Horizonte para a ampliação e melhoria da qualidade da rede de educação infantil nas creches e escolas primárias. Em especial, as creches comunitárias têm melhorado muito o atendimento às crianças menores por meio de projetos pedagógicos inspirados em experiências italianas. Muitos professores de Belo Horizonte foram convidados a viajar a Itália para realizar treinamentos e conhecer de perto as inovações pedagógicas e de infra-estrutura das escolas infantis. A preocupação mineira com a educação infantil já se consolidava desde a década de 90 no denominado Movimento de Luta Pró-Creches. Dias analisa esse movimento da sociedade civil, considerando a questão dos direitos e da produção de nova legislação para a melhoria da situação da infância (Dias, 1995). No Brasil, de modo geral, políticas sociais direcionadas também para a melhoria do ensino estão tendo amplo incentivo, como o recente aumento do piso salarial dos professores e a ampliação do número de escolas técnicas no país¹⁰ com a conquista da sua maior autonomia.¹¹

¹⁰ Na UFRGS foi aprovada pelo Consun, em 18 de julho de 2008, a desvinculação da Escola Técnica para formar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, tendência nacional que pode propiciar maior inclusão social de jovens no mercado de trabalho, constituindo-se num fator relevante para a melhoria das condições de vida das famílias de baixa renda, levando em consideração a importância da contribuição dos jovens no orçamento familiar.

¹¹ Sobre as políticas sociais, no que se refere à educação profissional na perspectiva de gênero e diversidade, consultar Yannoulas (2001).

No que se refere ao âmbito da saúde, o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde também têm contribuído para a melhoria das políticas sociais direcionadas para o cuidado.

Em 2006, o Ministério da Saúde,¹² fez realizar a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), que envolveu 15 mil mulheres e 5 mil crianças, sendo constatado o aumento do acesso aos serviços de saúde, à assistência médico-hospitalar, aos métodos contraceptivos e também aos medicamentos. A conclusão da pesquisa é que as políticas sociais melhoraram a qualidade de vida das mulheres e crianças no país: no período de 1996 a 2006 houve uma considerável redução (50%) da desnutrição das crianças menores de cinco anos, o que, acrescido de um trabalho educativo de higiene e hidratação oral, possibilitou uma queda na mortalidade infantil de 44%. Nesse período observa-se também uma redução na fecundidade das mulheres: de 2,5 filhos por mulher em 1996 a taxa passa para 1,8, em 2006 e isto explica-se pela eficácia das políticas de planejamento familiar instituídas no país nos últimos anos.

Na atual década verifica-se uma preocupação maior do poder público com a formulação e implementação de políticas sociais direcionadas para uma maior equidade e justiça social. O ministro Patrus Ananias (2008) refere-se à criação do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) como relevante para a articulação das políticas sociais no País, visando enfrentar uma histórica dívida social com os excluídos. O objetivo é construir um sistema de proteção e promoção social por meio de diversos programas que atualmente abrangem aproximadamente 58 milhões de pessoas carentes.

¹² A pesquisa foi coordenada por uma equipe do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), sob orientação e execução do Ibope. Participaram também grupos de pesquisa de instituições de ensino superior: Universidade de São Paulo, Faculdade de Ribeirão Preto e Universidade Estadual de Campinas, o que confere confiabilidade aos dados apresentados.

O MDS foi criado, em 2004, a partir da unificação do setor de Assistência Social e da Segurança Alimentar. Entre as principais ações estão o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os Programas Fome Zero e Bolsa Família. Também o MDS procurou integrar os povos indígenas, pois tem como público-alvo principal as populações excluídas e com maiores problemas alimentares.¹³

Os avanços nos últimos anos têm sido muito amplos no enfrentamento das questões de gênero e étnica, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir). Também se deve mencionar a Política Nacional da Juventude elaborada pelo Governo Federal. Entre suas ações está a implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Programa Pró-Jovem), vinculado ao Departamento de Proteção Social Básica do MDS e à Secretaria de Assistência Social (SNAS). O Pró-Jovem Adolescente, concebido para jovens de 15 a 17 anos, é uma modalidade do Pró-Jovem e trata-se de um serviço socioeducativo de assistência social que busca integrar os jovens, de acordo com as orientações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O ministro Patrus Ananias escreveu um artigo no qual menciona a importância das políticas sociais para o desenvolvimento social do País, enfatizando que só será alcançado a partir da transversalidade do trabalho integrado em diversas dimensões. O tipo de desenvolvimento postulado envolve estratégias que articulem políticas de geração de trabalho, distribuição de renda, segurança alimentar e nutricional, saúde,¹⁴ saneamento, educação,

¹³ Sobre a questão da segurança alimentar e das políticas de combate à fome, entre outros temas relevantes da área do Serviço Social, ver a tese de doutorado de Maria do Rosário C. S. Gomes (2008).

¹⁴ Os princípios norteadores básicos da área da saúde são a universalidade, a integralidade e a municipalização, seguindo o estabelecido no Programa de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PAISM).

cultura, reforma agrária, habitação, transporte, assistência social e estímulo à agricultura familiar, entre outras.

Em 2003 foram criados os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), também denominados hoje como Casas das Famílias. O sistema de proteção social básica, orientado principalmente para famílias de baixa renda, financia atualmente 3.200 Centros em todo o País com recursos do governo federal. São atendidos inúmeros adolescentes em situação de risco pelo Programa Agente Jovem e foram criados alguns projetos de CRAS indígenas.

Na proteção social especial são financiados mais de 1.200 serviços especializados de enfrentamento ao abuso e exploração de crianças e adolescentes para fins sexuais, e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) são atendidas diversas pessoas que apresentam problemas de direitos sociais violados. Nesses casos estão incluídas as ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), entre outras.

Existe uma preocupação governamental em adaptar as políticas sociais às demandas de cada região e de cada categoria social. Entre suas ações encontra-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), vinculado ao Ministério da Agricultura (MDA). Em artigo divulgado pelo MDS é informada a implantação de sistemas locais de segurança alimentar, com a instalação de diversos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias em diversas regiões do País, em parceria como os governos estaduais e municípios. (Ananias, 2008).

Observa-se uma crescente demanda das mulheres para investimentos em restaurantes públicos com preços acessíveis ou dentro das empresas e também de lavanderias comunitárias. Em artigo sobre as demandas familiares, a assistente social Márcia Lopes aponta diversas necessidades das mulheres, mas não há referências aos serviços coletivos mencionados anteriormente

(segundo Aguirre, desde a década de 70 foram pauta de lutas feministas nos países desenvolvidos, especialmente nos nórdicos, mas na América Latina o debate é incipiente ainda).

É fato: nós somos as primeiras a sentir a precarização da rede social. Se não há presença do Estado, toda responsabilidade social recai sobre a mulher, a começar pelos cuidados com a família. Esta é a importância da rede de proteção e promoção social que estamos consolidando no governo do presidente Lula: ao assumir efetivamente sua responsabilidade na área social, o Estado reforça um conjunto de serviços tradicionalmente destinados às mulheres. Programas de creches, programas e políticas voltadas para o cuidado de idosos e crianças são apenas alguns dos exemplos de ações que desoneram a mulher de modo a permitir mais tempo para dedicação ao trabalho e ao seu aperfeiçoamento. (Lopes, 2007, p. 33)

De acordo com a avaliação de Ananias (2008), ainda são necessárias muitas outras ações, especialmente visando à integração social de populações excluídas: “estamos fortalecendo as ações emancipatórias com a estruturação de uma nova secretaria voltada à promoção – diretamente ou em parcerias com o poder público e a sociedade – de oportunidades de geração de trabalho e renda para a população pobre: formação e qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo solidário, dentre outras”.

Todas as considerações anteriores estão focalizadas principalmente nas políticas sociais, mas é interessante considerar que a temática da responsabilidade social das empresas e do trabalho voluntário – neste incluídas as Organizações não Governamentais (ONGs) – também pode ter importante papel a desempenhar na qualidade de vida das famílias e na criação de condições mais favoráveis para uma melhor distribuição dos encargos e responsabilidades entre ambos os gêneros na esfera pública e privada. Também é necessário salientar que diversas políticas sociais voltadas para a população de baixa renda poderão, no futuro, ser expandidas a outras camadas da sociedade brasileira,

garantindo, com isso, melhor compatibilização entre a vida doméstica e a profissional. Muitos problemas de sobrecarga das mulheres, especialmente os relacionados com a divisão de tarefas no seio da família, encontrarão, dessa forma, novas estratégias de encaminhamento com maior equilíbrio nas relações de gênero.

Participação e transformação das relações de gênero

A sociedade, gradativamente, vai tomando consciência das necessidades específicas e dos desafios que as mulheres apresentam tanto na esfera pública quanto na privada. O principal detonador desse processo é a presença das mulheres organizadas em diversos movimentos sociais, reivindicando transformações em vários âmbitos da vida social.

Existe uma relação direta entre os movimentos sociais e as conjunturas históricas nas quais eles emergem. A questão da equidade de gênero adquire cada vez maior centralidade na sociedade atual. A luta das mulheres tem propiciado um novo entendimento sobre as relações entre os sexos e sobre as interfaces entre o espaço doméstico e o público, subvertendo hierarquias e representações simbólicas centradas na visão subalterna sobre a condição da mulher na sociedade.

Ao estudar o tema da dominação masculina, Pierre Bourdieu apresenta o seguinte questionamento: “A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”. Ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”, em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos *habitus* (disposições adquiridas incorporadas nos corpos) dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1999, p.17).

O quadro analítico de Bourdieu está profundamente marcado pela perspectiva da reprodução social, a qual enfatiza a

capacidade de perpetuação do sistema dominante, desconhecendo as contradições e conflitos como elementos fundantes da dinâmica social. Sua abordagem possibilita compreender a forma de atuação da dominação masculina mas oferece poucas possibilidades de pensarmos em alternativas a essa estrutura de dominação e em formas mais igualitárias de relação entre os sexos. No entanto, nos seus últimos escritos (1999) ele afirma que os dominados têm a possibilidade de instituir mecanismos de resistência contra o poder simbólico. Considera, o autor que as estruturas de dominação se reproduzem, mas não são eternas e invariáveis. Também salienta que elas não são a-históricas, portanto podem sofrer processos importantes de mudança, e alerta para o fato de que a violência simbólica não pode ser superada somente com “as armas da consciência e da vontade”. Explica que sua eficácia reside no fato de estarem “duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)”. Portanto não é suficiente uma mudança de valores e intenções e propõe, então, uma “transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (Bourdieu, 1999, p. 51-54).

Bourdieu (1999, p. 5) considera que o caminho mais eficaz para produzir mudanças reais na situação da mulher em nossa sociedade consiste na integração das lutas feministas com as lutas políticas mais amplas, pressionando por políticas sociais favoráveis a uma maior equidade, pois a mobilização política “abriria às mulheres a possibilidade de uma ação coletiva de resistência, orientada no sentido de reformas jurídicas e políticas”. No seu entender, as mulheres são alvo privilegiado da discriminação simbólica e, portanto torna-se necessária a sua organização em movimentos sociais capazes de questionar as instituições estatais e jurídicas e lutar pela superação da sua condição subalterna. Essa postura sinaliza uma saída da situação de subordinação a

que elas têm sido submetidas ao longo da história, nas diferentes sociedades.

Sempre que existam mecanismos de poder numa sociedade, invariavelmente constataremos a existência de mecanismos de resistência. A ideologia dominante se perpetua, mas, dialeticamente, produz as próprias condições para a sua superação. Os escritos gramscianos nos ensinaram a compreender a permanente contradição entre consenso e coerção (hegemonia e ditadura), que se processa na dinâmica da vida social. Essas idéias também são relevantes para pensarmos a possibilidade de uma contra-hegemonia, não só de classe, mas também de gênero.

No processo histórico, a análise isolada dos mecanismos de dominação não é suficiente para a compreensão da dinâmica social, pois, contraditoriamente, existem mecanismos de questionamento. Vamos nos deter, a seguir, nas implicações da dominação para a vida das mulheres na nossa sociedade e na indicação de alguns aspectos que apontam para mudanças na relação entre os sexos.

Bicalho (1998, p. 37-38) caracteriza a situação da mulher no sistema hegemônico dominante capitalista e relaciona uma série de problemas por elas enfrentados na maior parte das sociedades contemporâneas, tanto no campo profissional quanto no âmbito da vida privada:

- é incontestável a construção da opressão de gênero e, ao mesmo tempo, a não passividade das mulheres que ousaram, levantaram idéias e ações e foram protagonistas históricas;
- o mundo moderno leva as mulheres para as fábricas, para o mundo público, mas discrimina seu trabalho e seu salário. Rouba seu saber e sua produção e não reconhece sua capacidade criadora;
- ao proporcionar a participação feminina no mundo do trabalho, a mulher duplica sua jornada e continua oprimida e massacrada no privado, no doméstico;

- não se reconhecem a maternidade e o trabalho doméstico como funções sociais;
- tanto a família como a economia de mercado apropriam-se do trabalho da mulher. De formas diferentes, mas inter-relacionados, tanto no mundo privado, como no público, ainda persiste o poder masculino;
- a condição de classe social agrava a situação de desigualdade nas relações de gênero, mas não explica por si só esta desigualdade;
- as mulheres têm sido capazes de superar a razão instrumental, como prática da modernidade, e lutam por novas formas de relações sociais e pessoais, a partir de uma razão crítica, quando questionam a situação de oprimidas e constroem um novo tempo;
- o mundo moderno, ao questionar os direitos civis, igualdade e liberdade para todos, proporcionou oportunidades para manifestações femininas e feministas.

Apesar da existência de todos os problemas mencionados, Bicalho enfatiza a capacidade transformadora das mulheres quando organizadas, pressionando por medidas que venham a melhorar as relações de gênero na esfera pública e privada, visando à construção de uma sociedade com menor ocorrência de discriminações.

A dominação masculina exerce sua constante ação reprodutora, mas as mulheres têm demonstrado importante poder de transformação ao questionarem os vínculos entre homens e mulheres nas várias dimensões da vida social, pressionando por mudanças substantivas nas suas condições de trabalho e vida privada.

Na realidade social sempre existe espaço para a emergência de situações inovadoras que podem conduzir a mudanças nas relações de poder. As relações sociais são constituídas por constante enfrentamento de situações conflitivas, resultantes

do confronto de interesses e, ao mesmo tempo, de tentativas de acerto e negociação. O discurso atua no sentido de consolidar as estruturas de poder, mas forças antagônicas podem contribuir para a elaboração de uma concepção de mundo alternativa. Isto significa que sempre existe a possibilidade do surgimento de diversas formas de resistência e práticas no sentido de consolidar mudanças progressistas na esfera das políticas sociais e nas relações de gênero.

Diversas metas colocadas pelo movimento feminista estão sendo atingidas nos últimos anos, como decorrência das várias políticas sociais implementadas no País, mas ainda restam novas conquistas para a superação das históricas desigualdades de gênero. Como foco da ação coletiva, pode-se mencionar a necessidade de investimentos maiores em programas de qualificação profissional e geração de renda, luta contra as discriminações em relação ao trabalho das mulheres, programas de atenção à saúde materno-infantil, programas de ocupação e atendimento aos idosos e pessoas com necessidades especiais e ampliação de acesso ao crédito e à propriedade, entre outros.

É importante mencionar também a necessidade de ampliação dos programas de atenção à educação infantil e acolhimento de crianças abaixo da idade escolar, assim como, de políticas sociais para o tratamento da violência doméstica, com ações direcionadas tanto às mulheres quanto aos homens envolvidos em conflitos familiares.

Considerações finais

As políticas sociais no Brasil, nos últimos anos, estão cada vez mais monitorando ações direcionadas para o atendimento das necessidades das mulheres e intervindo em áreas que possibilitam maior equidade de gênero no mundo do trabalho profissional. No entanto, na esfera privada as mudanças parecem ocorrer de forma mais lenta. A mulher inserida no mercado de trabalho tem

dificuldades para conciliar longas jornadas de trabalho com os encargos domésticos, pois na vida cotidiana as transformações parecem ser mais lentas. *Habitus*, na linguagem bourdiana, ou disposições adquiridas, introjetados nos corpos e mentes são mais difíceis de mudar.

O sistema educacional, com orientações pedagógicas mais igualitárias entre meninos e meninas, tem contribuído muito nos últimos anos para a valorização das mulheres e sua inclusão em áreas tradicionalmente masculinas. No entanto, ainda diversas profissões continuam dominadas pelos homens, observando-se diversas manifestações de discriminações contra a mulher.

No interior das famílias, as tarefas domésticas ainda são realizadas, majoritariamente, pelas mulheres. Isto explica que muitas delas procurem trabalhar em atividades que exijam horários mais flexíveis, em locais que ofereçam algum recurso para atendimento de filhos menores, ou em outras circunstâncias que possibilitem maior compatibilização entre a vida doméstica e a profissional. Em muitos casos, as mulheres acabam optando pelo trabalho domiciliar ou em tempo parcial.

O investimento em equipamentos sociais públicos, que facilitem as tarefas domésticas, ainda está aquém das necessidades. Nesse sentido, ações que introduzam mudanças significativas na divisão sexual do trabalho no interior do espaço privado são cada vez mais necessárias, assim como maiores investimentos públicos na infra-estrutura de serviços urbanos e rurais que facilitem a vida familiar. Noutras palavras, é necessário implementar estratégias que melhorem, em especial, as tensões entre a vida pública e privada na vida das mulheres, redefinindo a divisão sexual do trabalho no âmbito produtivo e reprodutivo, pois ainda é reduzido o investimento em equipamentos coletivos que aliviem a sobrecarga feminina, se comparado com as necessidades.

A política social tem que estar voltada para a criação de meios que possibilitem às mulheres o atendimento de outros papéis

sociais sem terem de abandonar a vida profissional ou de realizar seu trabalho enfrentando excessos de solicitações provenientes das necessidades de cuidado dos familiares e de outros encargos da esfera doméstica. Políticas sociais de bem-estar dirigidas à mulher se refletem numa melhor qualidade de vida para toda a família.

Para uma melhor inclusão das mulheres na estrutura social, visando à eliminação de situações geradoras de discriminações de gênero, parece relevante que sejam avaliados alguns aspectos relacionados a seguir, considerando a viabilidade de sua efetiva transformação em ações concretas:

- promover uma ampla discussão pública sobre a divisão de tarefas na esfera doméstica, questionando a dominação masculina no interior do espaço doméstico;
- estabelecer uma discussão maior sobre maternidade e paternidade, comparativamente avaliando suas implicações na vida profissional de homens e mulheres;
- definir ações mais efetivas para promover a melhor conciliação entre vida produtiva e reprodutiva, mediante a implantação de programas de ampliação da infra-estrutura disponível para o cuidado dos filhos, doentes, pessoas com necessidade especiais e idosos (papel predominantemente feminino), ampliando os investimentos para a instalação e melhoria de equipamentos e infra-estrutura de serviços.

A equidade de gênero, no espaço doméstico, não se atinge unicamente pela melhor distribuição de tarefas entre os sexos. A sobrecarga dividida talvez não resolva questões mais estruturais que só podem ser enfrentadas a partir de políticas sociais abrangentes e de transformações nos referenciais simbólicos dominantes relativos aos estereótipos de gênero.

A violência urbana e rural, que tanto preocupa pela elevação dos índices de ocorrências registrados nos últimos anos, poderia

ter uma redução considerável com a ampliação dos investimentos em políticas públicas de atendimento às crianças nos primeiros anos de vida. Evidentemente que ações voltadas para geração de emprego e renda e para melhoria da infraestrutura urbana e rural são também fatores determinantes na diminuição da violência e da exclusão social. Em contextos mais favoráveis decorrentes de novos investimentos em políticas sociais direcionadas ao bem-estar das famílias seria possível atingir avanços mais significativos na condição da mulher na nossa sociedade. A pressão das mulheres, organizadas em diversos movimentos sociais de defesa dos seus direitos, aliada à ampliação das pesquisas acadêmicas com recorte de gênero muito tem contribuído nesse sentido.

Referências

- AGUIRRE, Rosário. Trabajo y ciudadanía de las mujeres en Uruguay. *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo, n. 18, sep. 2000.
- _____. Los cuidados familiares como problema público y objeto de políticas. In: ARRIAGADA, Irma (Coord.) *Familia y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal, 2007. p. 187-198.
- ANANIAS, Patrus. *Quatro anos de luta pelos mais pobres*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-quatro-anos-de-luta-pelos-mais-pobres-patrus-ananias>>. Acesso em: 30 jan. 2008.
- _____. *Políticas sociais como pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação*. Patrus Ananias. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-politicas-sociais-como-pilar-fundamental-para-o-desenvolvimento-de-uma-nacao-patrus-ananias>>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

- BATTHYÁNY, Karina. Estado, família y políticas sociales: quien se hace cargo de los cuidados y las responsabilidades familiares? *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo, n. 18, sep. 2000.
- BEBEL, August et al. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. [s.l.]: Abepss, 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 2 mar. 2009.
- BICALHO, Elizabeth. A mulher no pensamento moderno. In: ESTUDOS de gênero. Goiânia. 1998. p. 21-40. (Cadernos de área n. 7).
- BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Júlia M.; ESTERMANN, Dagmar M.; WALDOW, Regina. (Orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996. p. 28-40.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS-2006)*. Disponível em: <http://189.28.128.100/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalle.cfm?co_seq_noticia=50298>. Acesso em: 4 jul. 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Avanços e Desafios*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/avancos-e-desafios>>. Acesso em: 26 set. 2007.
- _____. *Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do MDS*. Brasília: MSD, Sagi, 2007.
- BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/spmulheres>. Acesso em: 20 jul. 2008.
- CAPPELLIN, Paola. Ações afirmativas, gênero e mercado de trabalho: a responsabilidade social das empresas na União Européia. In:

- ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: Abep, Nepo/Unicamp, 2000. p. 265-294.
- CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda Social*, Campos de Goytacazes, v. 1, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2007.
- CERRONI, Umberto et al. *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*: palestras conferidas no Instituto Antonio Gramsci, em Roma, em 1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- COELHO, Clair Castilhos. Gênero e políticas públicas. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. S.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (Cepal). *El desafío de la equidad de género y de los derechos humanos en los albores del siglo XXI*. Documento de la 29 a reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, nov. 1999.
- CONCHA, Leonor Aida. *El impacto de las políticas económicas globalizadoras en el trabajo y calidad de vida de las mujeres*: en México, Nicaragua, Colombia, Perú, Bolivia y Chile. México: Debora Publicaciones, 2001. (Trabalho da Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía).
- DELGADO, D. G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera (Orgs.). *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- DIAS, Regina Célia. *O Movimento de Luta Pró-Creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.
- DURAN, María Ángeles. *Los costos invisibles de la enfermedad*. Madrid: Fundación VBB, 1999.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Núcleo de Opinião Pública. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/nop/nop.htm>>. Acesso em: 22 maio 2002.

- GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. *Revista Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 1, p. 61-68, 2001.
- GOLDANI, Ana Maria. Retratos de família em tempos de crise. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 303-335, 2º sem. 1994.
- GOMES, Maria do Rosário C. S. *Nacionalização da política de assistência social e governos estaduais no Brasil: o caso do estado de São Paulo*. 2008. 329 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- GÓMEZ, Tania Aillón. Perspectivas de género y limitaciones estructurales. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 135, p. 66-77, ene./feb.1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil em Síntese*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/>. Acesso em: 2 set. 2008.
- _____. *Censo 2000: questionários*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/questionarios.shtm>>. Acesso em: 3 mar. 2009.
- JELIN, Elizabeth. Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales. In: ARRIAGADA, Irma (coord.) *Familia y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal, 2007. p. 93-123.
- LOPES, Márcia. *Mulher e justiça social*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-mulher-e-justica-social>>. Acesso em: 9 mar. 2007.
- OLGIATI, Etta. As ações afirmativas na Itália e um olhar sobre a Europa. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola.; SOARES, Vera (Orgs.) *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 59-84.
- PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura, política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001. p. 173-208.

- PRÁ, Jussara Reis. Políticas de Gênero, feminismo e novas institucionalidades. In: NAZZARI, Rosana K. (Org.). *Temas de ciência política: teoria do conhecimento, metodologia nas ciências sociais, teorias políticas, comportamento político*. Cascavel: Edunioeste, 2004. p. 223-243.
- RIO GRANDE DO SUL (RS). Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM). *Um olhar feminino*. Disponível em: <http://www.cem.rs.gov.br/site/cem_politpub.php>. Acesso em: 10 jul. 2008.
- SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias, Ciência & Tecnologia*, Porto Alegre, v.3, n. 6, p. 170-199, jul./dez. 2001.
- _____. (Des)encontros de Pierre Bourdieu com o marxismo: relações objetivas, representações simbólicas e ação. *Humanas*, Porto Alegre, v. 25, n. 1/2, p. 115-149, 2002/2003.
- SUNKEL, Guillermo. Regímenes de bienestar y políticas de familia en América Latina. In: ARRIAGADA, Irma (coord.) *Familia y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal, 2007. p. 171- 186.
- YANNOULAS, Sílvia C. Notas para a integração de gênero na Educação Profissional. In: VOGEL, Arno (Org). *Trabalhando na diversidade no PLANFOR: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 69-105.

Submetido em 8 outubro de 2008 e aceito em 10 novembro de 2008.